

| MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO - ATUALIZADA | | | | | | | | | |
|--|---|--|---|---|---|---|---|-------------|--|
| Ref. | Achados de Auditoria | Irregularidade | Data (ou período) de ocorrência do fato | Responsável(is) | Período de exercício no cargo | Conduta | Nexo de Causalidade | Excludentes | Proposta de Encaminhamento |
| 1 | Foi constatada a ocorrência de expressivo volume de despesas da competência de 2014 não inscritas em Restos a Pagar. | Não inscrição em Restos a Pagar de expressivo volume de despesas da competência de 2014, onerando o orçamento do exercício de 2015, bem como impactando negativamente as demonstrações e resultados contábeis e fiscais de ambos os exercícios, em desacordo com os princípios constitucionais da legalidade, publicidade e da eficiência, princípios orçamentários da anualidade e universalidade, princípios do planejamento e da transparência das ações governamentais, princípios do controle e do equilíbrio fiscal das contas públicas e princípio da gestão fiscal responsável, consubstanciados nas disposições legais e decisões do TCDF a seguir relacionadas, que também contemplam outros regramentos sobre a matéria: CF/88, art. 37 , <i>caput</i> ; LRF, arts. 1º, caput e §1º, 48 e 50; Lei nº 4.320/64, arts. 2º, 3º, 4º, 34, 35, II, 36, 60, 83, 89, 90, 91 e 92; Decreto nº 32.598/10, arts. 47 a 55 e 79 a 85; Decisões - TCDF nº 2.849/10, 2.768/11 e 2.317/12. | 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. | AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO, CPF: 196.676.555-04, ex-Governador do DF e presidente da JEO/DF; PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA, CPF: 989.061.947-49, ex-titular da Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF - Seplan e membro da JEO/DF; ADONIAS DOS REIS SANTIAGO, CPF: 001.977.501-68, ex-titular da Secretaria de Fazenda do DF - SEF e membro da JEO/DF; SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA, CPF: 848.176.908-87, ex-titular da Casa Civil do DF e coordenador da JEO/DF. | 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. | Permitir e/ou contribuir (para) a ocorrência da irregularidade, causada sobretudo pelo descontrole da gestão orçamentária e financeira, tendo em vista as competências de que dispunham, como titular do Poder Executivo e como titulares de unidades encarregadas do planejamento, monitoramento e controle do orçamento e da administração financeira do DF. (Entre outras: LODF, art. 100, III, IV, X; Decreto nº 32.598/10, arts. 25 a 27, 55 e 133; RI/Seplan, aprovado pelo Decreto nº 35.837/14, arts. 1º, III e IV, 58, I a VII, e 59, I a XI; RI/SEF, aprovado pelo Decreto 35.565/14, arts. 1º, I, 100, I, I e III, e 106, I a VI; RI/Casa Civil, aprovado pelo Decreto nº 35.126/14, art. 1º, I, V a VIII; Decretos 35.114/14, 32.767/11, 35.881/14 e 36.182/14; este último Decreto não atribuído ao ex-titular da Casa Civil e ex-Coordenador da JEO/DF; e participação de todos os responsáveis como membros da Junta de Execução Orçamentária do DF - JEO/DF). | <u>EX-GOVERNADOR DO DF e PRESIDENTE DA JEO/DF:</u> Descompasso entre as disponibilidades orçamentárias e financeiras e a assunção de obrigações de despesas pelos gestores, em decorrência de deficiência no comando (organização e coordenação) da administração superior do DF (LODF, art. 100, III, IV e X), agravado pela expedição de decretos que contribuíram para a ocorrência da irregularidade. <u>EX-TITULAR DA SEPLAN e MEMBRO DA JEO/DF:</u> Impedimento de empenhos de despesas, e como consequência impossibilidade dos devidos registros contábeis, pelas unidades gestoras executoras, em decorrência, por exemplo, de estabelecimento de tetos orçamentários, remanejamento de dotações, não atendimento de suplementações orçamentárias solicitadas pelas unidades executoras e contingenciamento de dotações. <u>EX-TITULAR DA SEF e MEMBRO DA JEO/DF:</u> Insuficiências financeiras, frente a assunção de obrigações de despesas pelos gestores, geradas pelo descontrole na administração financeira do DF, evidenciado especialmente por cancelamento de notas de empenho, que impediram os devidos registros contábeis pelas unidades gestoras executoras. <u>EX-TITULAR DA CASA CIVIL e COORDENADOR DA JEO/DF:</u> Descompasso entre as disponibilidades orçamentárias e financeiras e a assunção de obrigações de despesas pelos gestores, em decorrência de deficiência em sua atuação como titular da Pasta, sobretudo em face das competências regimentais definidas no Decreto nº 35.126/14 e sua atuação como coordenador da JEO/DF. | - X - | <p>- Considerar parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pelos ex-titulares da Casa Civil da Governadoria do DF e da então Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF, e improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo ex-Chefe do Poder Executivo e do ex-Secretário de Fazenda do DF;</p> <p>- Considerar que houve descumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, publicidade e da eficiência, princípios orçamentários da anualidade e universalidade, princípios do planejamento e da transparência das ações governamentais, princípios do controle e do equilíbrio fiscal das contas públicas e princípio da gestão fiscal responsável, bem assim das disposições legais e decisões deste Tribunal relacionadas à matéria, as quais contemplam os mencionados princípios (CF/88, art. 37 , caput; LRF, arts. 1º, caput e §1º, 48 e 50; Lei nº 4.320/64, arts. 2º, 3º, 4º, 34, 35, II, 36, 60, 83, 89, 90, 91 e 92; Decreto nº 32.598/10, arts. 47 a 55 e 79 a 85; Decisões - TCDF nº 2.849/10, 2.768/11, 2.317/12, 6.530/12), por parte do ex-Chefe do Poder Executivo, com exercício de mandato em 2014, e dos ex-titulares da Casa Civil da Governadoria do DF, da então Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF – Seplan e da Secretaria de Fazenda do DF – SEF, com exercício dos cargos em 2014, em razão da ocorrência apontada no Achado de Auditoria nº 1;</p> <p>- Aplicar as sanções previstas no arts. 57, incisos II e § 1º, e 60 da LO/TCDF (Lei Complementar nº 1/94), <i>c/c</i> o art. 272, incisos II e VII, e 273 do Regimento Interno do TCDF ao ex-Chefe do Poder Executivo e ex-titulares da Casa Civil da Governadoria do DF, da então Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF e da Secretaria de Fazenda do DF.</p> |

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO - ATUALIZADA

| Ref. | Achados de Auditoria | Irregularidade | Data (ou período) de ocorrência do fato | Responsável(is) | Período de exercício no cargo | Conduta | Nexo de Causalidade | Excludentes | Proposta de Encaminhamento |
|------|--|---|--|---|--|---|---|-------------|--|
| 2 | Ocorrência de obrigações de despesa contraídas no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2014 com parcelas a serem pagas em 2015, porém sem a suficiente disponibilidade financeira para o seu custeio. | Contração de obrigações de despesa no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2014 com parcelas a serem pagas em 2015, sem a suficiente disponibilidade financeira para o seu custeio, em desacordo com o art. 42 da LRF c/c com as seguintes normas legais e Decisões do TCDF: CF art. 37, caput; LDO/2014, art. 78; Decisões - TCDF nº 5.029/02 e 2.520/07. | 1º de setembro a 31 de dezembro de 2014. | AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO, CPF: 196.676.555-04, ex-Governador do DF e presidente da JEO/DF. | 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. | Contrair, direta ou indiretamente, por meio dos prepostos por ele nomeados, obrigações de despesas no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2014, em desacordo com o art. 42 da LRF. | <u>EX-GOVERNADOR DO DF:</u> Falha na adoção de medidas e controles necessários e suficientes para compatibilizar a assunção de obrigações de despesa no período vedado pela disposição do art. 42 da LRF com a disponibilidade financeira necessária ao seu custeio, ante a sua responsabilidade direta pelo cumprimento do mencionado dispositivo legal, bem como a competência que dispunha para agir, como titular do Poder Executivo (LODF, art. 100, III, IV e X), visando a evitar a ocorrência da ilegalidade apontada, a despeito, inclusive, do alerta proferido por esta Corte, por meio da Decisão nº 1.648/14. | - X - | - Considerar improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo ex-Chefe do Poder Executivo do DF; - Considerar que houve descumprimento da disposição contida no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/00), por parte do ex-Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, com mandato no exercício de 2014, em razão de terem sido contraídas obrigações de despesa no período de 1º de maio a 31 de dezembro do referido ano, deixando parcelas a serem pagas no exercício de 2015, sem que houvesse suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito (Achado de Auditoria nº 2); - Aplicar as sanções previstas no arts. 57, incisos II e § 1º, e 60 da LO/TCDF (Lei Complementar nº 1/94), c/c o art. 272, incisos II e VII, e 273 do Regimento Interno do TCDF ao ex-Chefe do Poder Executivo do DF. |
| 3 | Ocorrência de expressivo volume de despesas sem cobertura de créditos orçamentários autorizados. | Realização de expressivo volume de despesas sem cobertura de créditos orçamentários autorizados, em desacordo com as seguintes normas legais e Decisões do TCDF: CF/88, arts. 37, <i>caput</i> (princípios da legalidade, da publicidade e da eficiência), 167, inciso II; LODF, art. 151, inciso II; LRF, arts. 37, inciso IV e 48; Decisão - TCDF nº 2.768/11, itens II.1.a.III e III.b. | 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. | PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA, CPF: 989.061.947-49, ex-titular da Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF - Seplan e membro da JEO/DF; SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA, CPF: 848.176.908-87, ex-titular da Casa Civil do DF e coordenador da JEO/DF. | 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. 1º de janeiro a 22 de dezembro de 2014. | Permitir e/ou contribuir para a ocorrência da irregularidade, causada sobretudo pelo descontrole da gestão orçamentária, tendo em vista as competências de que dispunham, como titulares de unidades encarregadas do planejamento, monitoramento e controle do orçamento do DF. (Entre outras: Decreto nº 32.598/10, arts. 25 a 27, 55 e 133; RI/Seplan, aprovado pelo Decreto nº 35.837/14, arts. 1º, III e IV, 58, I a VII e 59, I a XI; RI/Casa Civil, aprovado pelo Decreto nº 35.126/14, art. 1º, I, V a VIII; Decretos 35.114/14, 32.767/11, 35.881/14 e 36.182/14; este último Decreto não atribuído ao ex-titular da Casa Civil e ex-Coordenador da JEO/DF; e participação dos responsáveis como membros da Junta de Execução Orçamentária do DF - JEO/DF). | <u>EX-TITULAR DA SEPLAN e MEMBRO DA JEO/DF:</u> Impedimento de empenhos de despesas, e como consequência impossibilidade dos devidos registros contábeis, pelas unidades gestoras executoras, em decorrência de estabelecimento de tetos orçamentários, remanejamento de dotações, não atendimento de suplementações orçamentárias solicitadas pelas unidades executoras e contingenciamento de dotações. <u>EX-TITULAR DA CASA CIVIL e COORDENADOR DA JEO/DF:</u> Descompasso entre as disponibilidades orçamentárias e financeiras e a assunção de obrigações de despesas pelos gestores, em decorrência de deficiência em sua atuação como titular da Pasta, sobretudo em face das competências regimentais definidas no Decreto nº 35.126/14 e sua atuação como coordenador da JEO/DF. | - X - | - Considerar parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo ex-titulares da Casa Civil da Governadoria do DF e da então Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF; - Considerar que houve descumprimento das disposições constantes da Constituição Federal de 1988 – CF/88, arts. 37, caput (princípios da legalidade, publicidade e eficiência) e 167, II; da LRF, arts. 37, IV, e 48; e da Decisão – TCDF nº 2.768/11, itens II.1.a.III e III.b, por parte dos ex-titulares da Casa Civil da Governadoria do DF e da então Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF, em função da ocorrência de expressivo volume de despesas da competência de 2014 realizadas sem cobertura de créditos orçamentários (Achado de Auditoria nº 3); - Aplicar as sanções previstas no arts. 57, incisos II e § 1º, e 60 da LO/TCDF (Lei Complementar nº 1/94), c/c o art. 272, incisos II e VII, e 273 do Regimento Interno do TCDF aos ex-titulares da Casa Civil da Governadoria do DF e da então Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF. |

Elaboração: Rogério R. Araruna (ACE), em 12.07.17.

Supervisão: Valdick Gonçalves R. Bomfim (Diretor)